

Espaço Europe Direct

BEI e BPI unem esforços para apoiar a Inovação em Portugal

BEI e BPI unem esforços para apoiar a inovação em Portugal, disponibilizando até 300 milhões de euros através do «InnovFin Garantia para as empresas de média capitalização» destinado a PME e empresas de média capitalização.

O Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco BPI SA (BPI) deram assim novos passos no sentido de estreitar a sua cooperação com vista ao financiamento da inovação em Portugal.

O banco da UE concedeu ao BPI uma garantia para cobrir parcialmente o risco de crédito de uma carteira de novos empréstimos no valor de 300 milhões de euros para projetos de inovação a concretizar por empresas portuguesas. O acordo é apoiado pelo instrumento financeiro InnovFin MidCap Guarantee integrado no Horizonte 2020, o programa de investigação e inovação da União Europeia. O objetivo desta iniciativa é facilitar o acesso de empresas inovadoras ao financiamento, disponibilizando uma garantia financeira parcial aos intermediários financeiros parceiros do BEI. A garantia InnovFin vai assim contribuir para a criação de emprego, já que as PME e mid-caps são veículos fundamentais para o crescimento económico do país. Este acordo permitirá ao BPI financiar uma nova carteira de pequenas e médias empresas inovadoras (com menos de 3000 trabalhadores). O

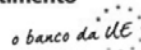
BEI estima que cerca de 80% dos investimentos financiados serão concretizados em regiões de coesão em Portugal.

A relação do BEI com o BPI iniciou-se em 1985 pouco após a criação da instituição financeira em 1983. As duas instituições celebraram nos últimos anos numerosos acordos de financiamento para apoiar diferentes sectores da economia, incluindo empresas do sector agrícola e agroalimentar e projetos na área da eficiência energética, a última no âmbito de uma iniciativa de investimento apoiada pela União Europeia (PF4EE). Em Julho passado, o BEI concedeu um empréstimo de 100 milhões de euros ao BPI especificamente dedicado ao financiamento, em condições vantajosas, de projetos de empresas portuguesas de pequena e média dimensão (até 3.000 empregados).

O Vice-Presidente do BEI responsável pela supervisão da atividade da instituição em Portugal, Román Escolano, afirmou: "O contrato celebrado hoje vai tornar mais fácil às empresas portuguesas investir em inovação, um fator essencial para aumentar a sua competitividade e apoiar o seu crescimento a longo prazo. As PME e as mid-caps são veícu-



Banco Europeu de Investimento



los fundamentais da criação de emprego em Portugal e, por esta razão, o apoio aos seus investimentos em inovação, com condições financeiras vantajosas e prazos alargados, é uma das prioridades do BEI". Carlos Moedas, Comissário Europeu da Investigação, Ciência e Inovação, declarou: "Este acordo vai permitir às empresas inovadoras em Portugal ir mais longe, de forma mais rápida e assumindo maiores riscos, gerando novos empregos e crescimento, e desenvolvendo novos mercados. Esta iniciativa é de saudar, já que 80% deste investimento deverá ir para regiões já financiadas pela política de coesão da UE."

Pablo Forero, CEO do Banco BPI, afirmou: "Esta operação é um novo marco na relação entre o BPI e o BEI. No seguimento do concurso público lançado pelo BEI no âmbito do programa Horizonte 2020 promovido pela Comissão Europeia, estamos muito satisfeitos por termos sido selecionados como o primeiro intermediário financeiro em Portugal a participar

numa operação de partilha de risco com o BEI, numa base pari passu. O acordo vai permitir-nos reforçar a concessão de crédito de médio e longo prazo dirigido a investimentos realizados pelas PME e mid-caps inovadoras líderes em Portugal, uma das principais prioridades de negócio partilhadas por ambas as instituições financeiras".

Em 2016, o Grupo BEI disponibilizou 33.600 milhões de euros para negócios de pequena e média dimensão, alcançando 300.000 empresas em toda a UE. Em Portugal, também no último ano, o Grupo BEI celebrou acordos no montante de 1.780 milhões, incluindo 1.196 milhões de euros que contribuíram para apoiar mais de 8.200 PME e mid-caps portuguesas.

Mais informações em:

BPI INNOVFIN MID-CAP GUARANTEE
<http://bitly/2CUCegW>

BREXIT... negociações ao abrigo do art.50º

Na sequência das orientações adotadas pelo Conselho Europeu (art. 50.º) em 15 de dezembro, a Comissão Europeia enviou uma recomendação ao Conselho (art. 50.º) destinada a lançar os debates acerca da próxima fase da saída ordeira do Reino Unido da União Europeia.

O projeto de diretrizes de negociação, que completam as de maio de 2017, incluem mais pormenores relativamente a eventuais disposições transitórias, nomeadamente os seguintes pontos:

- Não se deve permitir a escolha seletiva dos aspetos mais favoráveis: o Reino Unido continuará a participar na união aduaneira e no mercado único (incluindo as quatro liberdades). O acervo da União

deve manter-se plenamente aplicável ao Reino Unido e respetivo território, como se fosse um Estado-Membro. Todas as alterações do acervo durante este período são automaticamente aplicáveis ao Reino Unido.

- Serão igualmente aplicáveis todos os instrumentos e estruturas vigentes da União no domínio legislativo, orçamental, judicial, de supervisão e de execução, incluindo a competência do Tribunal de Justiça da União Europeia.

- O Reino Unido passará a ser um país terceiro a partir de 30 de março de 2019, pelo que deixará de estar representado nas instituições, agências, organismos e serviços da União.

- O período de transição deve ser definido de forma clara e ter um prazo certo. A Comissão recomenda que esse prazo não se deve prolongar para além de 31 de dezembro de 2020.

A Recomendação também relembra a necessidade de dar forma jurídica aos resultados da primeira fase das negociações, descritos na Comunicação da Comissão e no Relatório Conjunto. Nela se sublinha que todas as questões relativas à saída devem ser plenamente tratadas, incluindo as que não foram abordadas na primeira fase, tais como a gestão geral do Acordo de Saída e questões substantivas como a das mercadorias introduzidas no mercado antes da saída do Reino Unido da UE.

Próximas fases: Em conformidade com as orientações do Conselho Europeu de 15 de dezembro, o Conselho dos Assuntos Gerais (art. 50.º) adotará estas novas diretrizes de negociação, relativas às disposições transitórias, em janeiro de 2018.



Tem a ver com a Europa
Tem a ver Consigo



cofinanciado por:



www.europe-direct-aveiro.aeva.eu

